



ATA DE REUNIÃO

ASSUNTOS:

- Alteração da composição do Comitê
- Documentos a serem enviados ao CNJ até 28/02/2025

OBJETIVO:

Análise e aprovação dos documentos Plano de Logística Sustentável, Plano de Ações e Plano de Descarbonização.

DATA e HORA:



21/02/2025 - 14h

LOCAL:



Virtual

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO:

Dr. Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira

PARTICIPANTES:

CARGO NO COMITÊ/ÁREA

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Paulo André Botto Jacon
Alécio Riffel
Altair de Lima
Fernanda Gomes Ferreira
Gustavo Bestetti Ibarra
Izabel Martins Pereira Guimarães
Robson Souza
Sandro Beltrame
Tamilly Virissimo

Coordenador
Vice-Coordenador
SEOF
CMAN
SECAD
SEGEST
INOVA
CMLOG
CMLOG
INOVA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

CARGO NO COMITÊ/ÁREA

Fernando Schlickmann
Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi
Yasmin Lonzetti Skovronski

CLC
CSG
Setor de Sustentabilidade

ANOTAÇÕES

Aberta a reunião, o Diretor da SEGEST, Gustavo Bestetti Ibarra, explanou brevemente sobre os assuntos a serem abordados, destacando o trabalho colaborativo para a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e do Plano de Ações, bem como a natureza preliminar do Plano de Descarbonização, que passará por ajustes com as áreas envolvidas após o envio da versão inicial do documento ao CNJ em 28/02/2025.

Tamilly Virissimo, Coordenadora do INOVA, deu continuidade à reunião, apresentando os temas da pauta, quais sejam, alteração da composição do Comitê e aprovação do PLS, do Plano de Ações e do Plano de Descarbonização.

A Coordenadora do INOVA mencionou a importância da inclusão do Diretor da SEOF como membro do Comitê, sobretudo considerando a necessidade de análise de orçamento para a implementação de projetos de sustentabilidade.

Em seguida, Tamilly iniciou a apresentação acerca do PLS, citando a realização de oficinas com coordenadores(as) e servidores(as) das unidades gestoras dos indicadores para a definição das metas do PLS e início do Plano de Ação.

A Diretora da SECAD, Fernanda Gomes Ferreira, pontuou a dificuldade da sua área em atingir a meta de alguns indicadores devido à natureza técnica do trabalho. Mencionou que as coordenadorias vinculadas à SECAD atuam no fornecimento do material solicitado pelas outras unidades do Tribunal, sem realizar juízo de valor acerca dos pedidos, e sugeriu que essa análise seja feita com uma abordagem institucional. Sandro corroborou a fala de Fernanda.

O Diretor da SEOF, Alécio Riffel, citou o projeto Racionalizar, instituído no Tribunal com o intuito de diminuir o consumo de energia.

O Coordenador da CMAN, Altair de Lima, esclareceu que a sua área realiza o monitoramento do consumo, verificando acréscimos de energia elétrica para

identificar algum problema, acrescentando não caber à Coordenadoria a definição de consumo.

Gustavo mencionou que a visão apresentada corresponde à expectativa do CNJ para que a sustentabilidade seja tratada a nível institucional, integrada aos valores estratégicos do Tribunal, o que enriquece o PLS e direciona a atuação das áreas. Ele propôs uma revisão do PLS, incluindo mais oficinas para discussão e atualização do plano após o envio do documento ao CNJ (28/02/2025) e ressaltou a contribuição que a área técnica pode dar para o alcance de uma visão mais estratégica.

O Coordenador do Comitê, Dr. Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, mencionou que, por vezes, as áreas solicitantes desconhecem a existência das metas de sustentabilidade, acrescentando que além da questão de sensibilização institucional, poderia existir uma instância para avaliar a necessidade de atender ao pedido quando há conflito com as metas de sustentabilidade.

Dr. Garibaldi reforçou a necessidade de conscientizar os setores sobre as restrições existentes, sugerindo uma campanha institucional para o cumprimento das metas em setores básicos. Destacou a importância dos setores operacionais na questão, pois são eles que podem dizer que eventual solicitação poderá impactar negativamente a meta. Aventou a possibilidade de submeter as demandas que comprometam as metas à Presidência e de solicitar adequação dessas demandas pelos setores operacionais.

Altair sugeriu divulgar o PLS a todas as áreas do Tribunal como forma de conscientização e de estímulo para a adoção de medidas que não prejudiquem o alcance das metas.

Gustavo considerou oportuna a discussão, enfatizando a necessidade de uma abordagem estratégica e a comunicação das diretrizes de sustentabilidade. Ele sugeriu a inclusão no PLS de um guia/checklist para eventos sustentáveis e uma cartilha sobre gestão sustentável, com foco na redução de impressões. Ele propôs o Comitê como instância para análise de demandas fora do padrão, integrando-o ao fluxo, bem assim, a possibilidade de reforçar a importância do tema à Administração.

Fernanda mencionou que a área operacional pode dar o alerta e o Comitê ser a instância decisória, ressaltando a importância de evitar a burocratização. Mencionou ainda a importância de sensibilização com os demais Comitês.

Robson Souza explicou que realiza um esclarecimento à área solicitante quanto à necessidade de redução de insumos e ao cumprimento da meta, mas nem sempre isso é levado em consideração pela área solicitante num segundo pedido, causando uma situação complicada para a SECAD.

Dr. Garibaldi sugeriu a realização de estudos para verificar a possibilidade de alteração da competência do Comitê visando incluir a avaliação de demandas não acolhidas pelos setores competentes. Ele pontuou a questão dos pedidos urgentes e ressaltou que a atuação do Comitê nesse sentido evitaria a personalização da negativa em atender ao pedido. Ele pretende rever as normas que criaram o Comitê para avaliar a retirada da responsabilidade das áreas e a criação dessa competência no Comitê.

Gustavo mencionou a experiência do Comitê de Inovação, sugerindo a adoção de um modelo de governança semelhante para a sustentabilidade. Acerca dos documentos submetidos à aprovação do Comitê, Gustavo reconheceu a possibilidade de melhoria e enfatizou que alguns avanços já foram feitos, principalmente no processo participativo que, inclusive, despertou as questões aventadas na reunião. Sugeriu que, passado o prazo do dia 28, seja feita uma revisão nos documentos a nível estratégico.

Todos os membros do Comitê concordaram com o envio ao CNJ das versões do PLS, do Plano de Ação e do Plano de Descarbonização e concordaram com a revisão proposta.

Os membros do Comitê também decidiram pelo aperfeiçoamento do modelo e do fluxo dos pedidos realizados à SECAD.

Dr. Garibaldi deu boas vindas ao Alécio, agradeceu a participação de todos e destacou a importância de revisão dos normativos visando o estabelecimento de um sistema de governança de sustentabilidade.

Dr. Paulo acrescentou que a questão deve ser tratada com cautela e citou as votações virtuais feitas no Comitê do PJE, que aceleram o processo decisório.

A reunião foi encerrada.

FECHAMENTO DA ATA:

Data: 17/03/2025

Redator(a): Izabel Martins Pereira Guimarães